



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 652/2023  
VOTO DO RELATOR

## 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 25, de 11/09/2023) que “Institui o Processo de Transição de Governo – PTG.”.

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 652/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 652/2023, em suma, institui o Processo de Transição de Governo – PTG – no Município de Belo Horizonte, com o fim de possibilitar ao candidato eleito ao cargo de Prefeito inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública municipal e preparar os atos de sua iniciativa a serem editados imediatamente após a posse.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

### 2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.



Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 652/2023 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local, bem como suplementar a legislação Federal e Estadual.

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, inciso I e II.

**Art. 171. - Ao Município compete legislar:**

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

(...)

II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

A proposta também se encontra amparada pelos princípios constitucionais da Carta Magna, ao determinar um instrumento legal a ser aplicado na municipalidade que garanta a transparência e eficiência aos processos de transição governamental, conforme determina a CF/88:

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**



Não se observa quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, vício formal que impeça o prosseguimento do Projeto em comento. Não se ventila, ainda, inconstitucionalidade material capaz de obstar a proposição em tela.

Por tudo exposto, a proposição, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## 2.2 Da Legalidade

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional.

Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito. O Projeto de Lei nº 652/2023 complementa a legislação pertinente ao tema, e está de acordo com o ordenamento infraconstitucional vigente.

A transição de governo é disciplinada, no âmbito federal, pela Lei 10.609, de 20 de dezembro de 2002, que *Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências*, e no âmbito Estadual pela Lei 19.434, de 11 de janeiro de 2011, que *Dispõe sobre a instituição de comissão de transição por candidato eleito para o cargo de Governador do Estado ou Prefeito Municipal*.

A proposta apresentada segue os moldes da Lei Federal e Estadual, para aplicação do referido processo de transição de governo no âmbito Municipal.

Por tudo acima explanado, manifesto pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 652/2023.

## 2.3 Da Regimentalidade



Não se vislumbra, quanto à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 652/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 652/2023.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2023.

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634**

Assinado de forma digital por  
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=(CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla vS,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA MELO:92360769634  
Dados: 2023.09.18 14:56:35  
-03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 653/2023 VOTO DO RELATOR

### 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Executivo (Mensagem nº 26, de 11/09/2023) que *Considera, para fins de contagem de tempo e aquisição do adicional por tempo de serviço e da licença prêmio por assiduidade, o período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.*

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator – conforme despacho de recebimento – para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 653/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 653/2023, em suma, passa a considerar o período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 como período aquisitivo e contabilizado para fins do direito ao adicional por tempo de serviço e da licença prêmio por assiduidade, de que tratam, respectivamente, os arts. 135 e 159 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996.

Segundo o autor do Projeto em sua justificativa:

Durante a pandemia, a contagem do período mencionado foi suspensa para efeitos de aquisição do adicional por tempo de serviço e da licença prêmio por assiduidade. Dessa forma, para evitar prejuízo aos agentes públicos, o período será considerado,

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 18/09/23  
HORA. 15:09



sem efeitos financeiros imediatos, para não gerar despesa não prevista no orçamento municipal.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 653/2023 encontra-se em consonância com a Constituição da República (art. 30, incisos I e II), haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber

Neste mesmo sentido disciplina a Constituição Mineira em seu art. 171, inciso I.

**Art. 171. - Ao Município compete legislar:**

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

(...)



**II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:**

A proposta também se encontra amparada pelos princípios constitucionais da Carta Magna, em especial a garantia dos direitos sociais, notadamente, o trabalho, a previdência social e a proteção aos servidores.

Não se observa quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, vício formal que impeça o prosseguimento do Projeto em comento. Não se ventila, ainda, inconstitucionalidade material capaz de obstar a proposição em tela.

Por tudo exposto, a proposição, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## **2.2 Da Legalidade**

No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional.

Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

A proposição em comento está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei complementar 101/00, que dispõe em seu art. 24: "Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17." Para cumprimento do disposto legal, o Projeto de Lei apresenta o impacto financeiro decorrente estimado da proposta para o ano de 2024 e a adequação orçamentária e financeira, notadamente no que concerne à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual de Ação Governamental e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Por tudo acima explanado, manifesto pela legalidade/juridicidade do Projeto de Lei nº 653/2023.

## 2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, quanto à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 653/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

## 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei 653/2023.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2023.

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634**

Assinado de forma digital por  
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA MELO:92360769634  
Dados: 2023.09.18 15:07:56 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriota





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 617/2023

#### VOTO DO RELATOR

#### 1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 617/2023 de autoria do nobre Vereador Jorge Santos, que "Dá o nome de Rua Eustáquio Almeida Santos, à Rua Seiscentos e Vinte e Quatro, no Bairro Lagoa.

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

#### 2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 12/09/23  
HORA: 11:14



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos termos da resposta constante às fls. 19-39 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: “após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos —GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que: “não há impedimento para a adoção do nome de Eustáquio Almeida Santos à Rua Seiscentos e Vinte e Quatro, no Bairro Lagoa”.

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: “Em atenção ao ticket referenciado, informamos que o Projeto de Lei 617/2023 propõe dar o nome de Rua Eustáquio Almeida Santos à Rua Seiscentos e Vinte Quatro, Bairro da Lagoa. Essa rua está identificada na planta CP-048-004-A, na qual o quadro de anotações identifica como proprietário a Prefeitura de Belo Horizonte, Matrículas 69.368 e 69.369, ambas do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis. Essas matrículas já foram canceladas devido a abertura das Matrículas 74.017 a 74.028, em que por sua vez, possuem averbação da certidão de origem da planta com a destinação de 14.508,64m<sup>2</sup> à área de vias (remissiva 4930).

### **2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE**

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

**Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.**

**§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.**

**§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.**

**Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.**

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 617/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 617/2023.

### 2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 617/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 617/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 617/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 617/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 617/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 617/2023.

### 2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 617/2022.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 617/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:4  
95318676  
15**

Assinado de  
forma digital por  
RAMON BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
7615  
Dados: 2023.09.12  
11:11:20 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



PL Nº 628 / 23

**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para redação final**

Em 6 / 9 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para  
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 18 / 09 / 2023

97  
Presidente da comissão



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 628/23**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 628/23, que “Dá o nome de Jorge da Silveira à praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Um, localizada na Rua Marcos Donato de Lima, em trecho compreendido entre Rua Ewerton Camargos Gazolla e Rua Monte Sion, no Bairro Ribeiro de Abreu”, de autoria do vereador Bruno Miranda, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

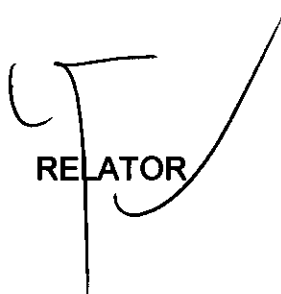
**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 628/23.

Belo Horizonte, 18 / 09 / 23

  
RELATOR

CMBH\_DIRETORIA/set/23-15:13:15-007512-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 628/23

Dá o nome de Jorge da Silveira à Praça 4291,  
no Bairro Ribeiro de Abreu.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Jorge da Silveira a Praça 4291, código 311937, no  
Bairro Ribeiro de Abreu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 / 09 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 633/2023

#### VOTO DO RELATOR

#### 1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 633/2023 de autoria do nobre Vereador Bráulio Lara, que " Dá o nome de Travessa Armin Conzelmann à ELP 3109, no Bairro Buritis".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

#### 2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

Nos termos da resposta constante às fls. 19-26 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 18/09/23  
HORA 11:18



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

informou: após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui que há impedimento para a adoção do nome de "Travessa Armin Conzelmann à ELP 3109, no Bairro Buritis", pois trata-se de Espaço Livre de Uso Público (área verde de proteção talvegue)

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: o imóvel em questão é de propriedade municipal.

### **2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE**

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:**

**Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.**

**§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.**

**§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.**

**Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.**

**Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.**

**Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:**

**Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**

**Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:**

**Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.**

**Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.**

**§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.**

**Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.**

**Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.**

**Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 633/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.**

**Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei 633/2023.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

### **2.2 – DA LEGALIDADE**

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 633/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 633/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Além disso, temos que, em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 633/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Há que se destacar que o Ofício: SMPU/SUGOV-DALE nº 1001/2023 diz que há impedimento para a adoção do nome de "Travessa Armin Conzelmann à ELP 3109, no Bairro Buritis", pois trata-se de Espaço Livre de Uso Público (área verde de proteção talvegue).

Porém, a Lei 9691/09 diz expressamente em seu art. 19, § 2º que o Espaço Livre de Uso Público não se enquadra ao caput do mesmo artigo que descreve as impossibilidades de receber nome oficial diferente do nome da via da qual faça parte.

**Art. 19 - Não se qualifica a receber nome oficial diferente do nome da via da qual faça parte:**

I - a alça viária de trevo;

II - a via marginal que promova a captação e o direcionamento de fluxo de veículos para ordenação de acesso à via de maior fluxo;

III - o canteiro separador de pistas.

**§ 2º - A restrição a que se refere o *caput* deste artigo não se aplica no caso de existência de espaço livre de uso público, conforme disposto no art. 7º desta Lei, ao longo de vias.**

Ademais, o art. 18 traz as impossibilidades de outorga oficial de nome em seus incisos, e a ELUP não faz parte desse rol.

**Art. 18 - Não se qualifica a ter nome oficialmente outorgado:**

I - a área ou a via interna de condomínio e de conjunto habitacional que não tenha sido oficializada na respectiva planta de parcelamento do solo aprovada;

II - a área não oficializada como próprio público e em que esteja instalado equipamento público.

Logo, não vislumbro impedimento para nomeação da ELUP em questão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Adentrando ao tema “Princípios Jurídicos” temos que os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 633/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

Em vista do exposto, dou pela **Legalidade** do PL 633/2023

### **2.3. DA REGIMENTALIDADE**

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei 633/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores (GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 633/2023.

### 3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, e regimentalidade** do Projeto de Lei 633/2023, apresentando parecer pela **aprovação** do projeto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49  
531867615**

Assinado de  
forma digital por  
RAMON BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
7615  
Dados: 2023.09.18  
11:14:33 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Of. Dirleg nº 7.523/23

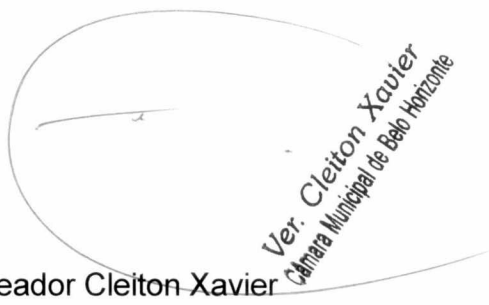
Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023

Senhor Presidente,

A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 2.447/23, de autoria do vereador Cleiton Xavier, convida essa Comissão Permanente da Câmara Municipal de Belo Horizonte para **Audiências Públicas que se realizarão em 16/10/23 e 18/10/23, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes, localizado na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia**, com a finalidade de discutir os Projetos de Lei do Orçamento Anual - LOA - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

Segue, anexa, cópia do Requerimento de Comissão nº 2.447/23.

Atenciosamente,



Ver. Cleiton Xavier  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Vereador Cleiton Xavier  
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Irlan Melo  
Presidente da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte